



Município de Monção

PROJETO DE REGULAMENTO MUNICIPAL DE CONCESSÃO DE APOIOS SOCIAIS

-PROGRAMA MONÇÃO SOCIAL-

NOTA JUSTIFICATIVA

Face às desigualdades individuais, subjacentes à problemática da pobreza e exclusão social, a intervenção proactiva dos municípios, no âmbito da ação social, assume uma importância cada vez mais relevante para a progressiva inclusão social e melhoria das condições de vida das famílias em situação de carência económica.

Uma forte coesão social é essencial para o desenvolvimento integrado das populações, no sentido da promoção de uma sociedade mais equitativa, inclusiva, justa e coesa, procurando o Município de Monção priorizar a abordagem das questões sociais centrais ao desenvolvimento das populações e à melhoria da sua qualidade de vida e bem-estar, minimizando as suas desigualdades e atenuando fragilidades.

No domínio da ação social, designadamente nas áreas referentes à saúde, apoio social e habitação, o número de pedidos de apoio junto dos serviços de ação social tem sido crescente, constatando-se as dificuldades económicas das famílias na gestão da sua economia familiar.

Muitas das tomadas de decisão das famílias referentes à integração dos seus familiares em valências de apoio social, ao acesso aos cuidados primários de saúde, à aquisição de bens de apoio e deslocação de consultas são muitas vezes adiadas ou suspensas por carência económica, colocando as populações numa situação de fragilidade social.

Neste sentido, a Câmara Municipal de Monção pretende implementar um conjunto de medidas de apoio social para minimizar as situações de fragilidade social da população mais carenciada no concelho, de modo a promover a equidade e melhoria da qualidade de vida dos cidadãos, medidas estas incluídas no PROGRAMA MONÇÃO SOCIAL.

Os Programas de Apoio Social Municipal devem responder e adaptar-se às necessidades sociais, económicas e de saúde da população, de forma a aumentar o nível da sua eficiência e eficácia. O presente Regulamento adota, então, o papel regulador atribuído à Câmara Municipal no âmbito dos apoios sociais, nomeadamente, no Programa de Atribuição de Bens de Apoio; Apoio à Vacinação Infantil; Comparticipação em Medicamentos; Apoio à Integração em Creche; Apoio ao Transporte de Doentes não Urgentes e Apoio à Recuperação de Habitações Degradadas.



Município de Monção

Relativamente ao programa de Atribuição de Bens de Apoio, o Município de Monção tem por objetivo apoiar a aquisição de diferentes bens na área da saúde, a pessoas residentes no concelho de Monção, com baixos recursos económicos, e que padeçam de problemas de saúde graves, com um impacto físico, psíquico, social e económico considerável, de forma a minimizar situações de fragilidade social.

De facto, no âmbito da ação social, verifica-se alguma dificuldade e carência das populações na aquisição de determinados bens de apoio essenciais ao bem-estar e saúde de muitas pessoas.

A aquisição de bens de apoio corresponde a uma comparticipação municipal das despesas com a aquisição dos diferentes tipos de bens de apoio pelos beneficiários da medida, em função de escalões de rendimento.

Os tipos de bens de apoio que possam integrar esta medida, serão definidos anualmente, uma vez que são mutáveis, consoante as necessidades prementes de cada época ou circunstância.

A medida de Apoio à Vacinação Infantil traduz-se num complemento ao Programa Nacional de Vacinação (PNV). O PNV inclui recomendações para um conjunto de treze vacinas estrategicamente distribuídas de forma a maximizar a proteção conferida na idade mais adequada e o mais precocemente possível.

Não obstante, existem doenças que se configuram em problemas de saúde pública devido à sua elevada morbilidade (incidência, gravidade e sequelas), e que a forma mais eficaz de controlo das infeções é a sua prevenção através da vacinação.

Não sendo muitas destas vacinas abrangidas pelo Programa Nacional de Vacinação e o custo das mesmas, muitas vezes, excessivo para as famílias, pretende o Município de Monção implementar uma comparticipação na aquisição destas vacinas a famílias que as pretendam e assim promover, além da proteção pessoal, a saúde em toda a comunidade.

A Comparticipação em Medicamentos destina-se a apoiar a aquisição de medicamentos com receita médica do Serviço Nacional de Saúde (SNS) a pessoas com idade igual ou superior a 66 anos ou portadoras de doença crónica ou outras doenças similares, residentes em alojamento familiar no concelho de Monção, e que se encontrem em situação de comprovada carência económica.

Esta comparticipação surge com o objetivo de combater de forma mais eficiente as situações de vulnerabilidade destes munícipes com precários rendimentos e elevados encargos associados a despesas com a aquisição de medicação, suportando, a comparticipação municipal em medicamentos, uma percentagem do encargo do utente



Município de Monção

na aquisição mediante receita médica de medicamentos comparticipados pelo Sistema Nacional de Saúde (SNS).

Assim, e existindo já, no Município de Monção um Regulamento de Comparticipação Municipal de Medicamentos, as matérias aí versadas integram o âmbito de aplicação do presente Regulamento, sendo aquele revogado e transposto para o presente Regulamento.

A medida de Integração em Creche, traduz-se num apoio financeiro às famílias com crianças a seu cargo, no encargo com a resposta social de creche. Esta valência disponibiliza um conjunto de serviços ajustados à promoção do bem-estar e desenvolvimento integral das crianças, num clima de segurança afetiva e física, permitindo uma rápida integração dos seus cuidadores no mercado de trabalho fruto da modificação da estrutura familiar e das exigências profissionais.

Segundo a Carta Social, no município, as valências de creche dão resposta a cerca de 113 crianças com idades compreendidas entre os três meses e os três anos de idade.

Assim, o valor da comparticipação familiar será calculado com base nos rendimentos da família, devendo o município apoiar as famílias com menos recursos aquando da tomada de decisão em integração em creche, uma vez que a prestação assume um peso substancial no orçamento familiar.

O Município de Monção pretende implementar uma medida de Apoio ao Transporte de Doentes não Urgentes, comparticipando as famílias em situação de comprovada carência económica, nos transportes para consulta, internamento, tratamento e/ou exames complementares de diagnóstico e terapêutica prescritos por médico.

Esta preocupação emerge porque Monção é um concelho de características periféricas relativamente às unidades de saúde centrais, onde o custo da deslocação aos Hospitais Centrais juntamente com a falta de uma rede de transporte adequada se torna num obstáculo para o acesso aos serviços de saúde, comprometendo assim o acesso essencial e prioritário dos seus habitantes aos mesmos.

Em Portugal, um número demasiado elevado de consultas de especialidade não foram efetuadas por motivos de dificuldades económicas, justificadas pelo valor do ato médico ao qual se acrescenta o custo da deslocação associada, agravada pela distância em relação aos serviços de saúde centrais.

A medida de Apoio à Recuperação de Habitações Degradadas encontra-se no horizonte das atribuições da Câmara Municipal e surge no sentido de promover a inclusão social e a dignificação das condições de vida dos Munícipes do Concelho de Monção, mais



Município de Monção

especificamente de agregados familiares a viver em condições sociais desfavoráveis e a residir em habitações sem as condições adequadas de habitabilidade.

Esta medida visa apoiar as famílias com comprovada carência económica na melhoria das condições de habitabilidade das suas residências permanentes.

O Programa Monção Social, pelo presente Regulamento pretende consagrar um conjunto de medidas tendentes a proporcionar à população que vive em situação de fragilidade social, o apoio municipal possível, estabelecendo regras objetivas de distinção entre as diversas situações de carência socioeconómica, efetuando a discriminação positiva daquilo que são situações que devem ser apoiadas pelo poder público, com a garantia do respeito pelo princípio da igualdade.

Assim,

Considerando que os custos associados às medidas projetadas pelo presente Regulamento são claramente superados pelos benefícios que se proporcionam à população, contribuindo decisiva e inquestionavelmente para o desenvolvimento harmonioso e uma vida saudável das pessoas, para a sua saúde e bem-estar e para a inclusão social, sendo de todo proveitoso para este Município a sua aprovação e concretização.

Considerando que a atribuição de apoios, nos termos do presente de Regulamento de Concessão de Apoios Sociais têm como pressuposto o respeito pelos princípios gerais da atividade administrativa consagrados no Código do Procedimento Administrativo, nomeadamente os princípios da legalidade, da prossecução do interesse público, da igualdade e da imparcialidade, garantindo-se, de forma transparente, a definição de critérios gerais para a concessão de apoios em condições de igualdade a todos os potenciais beneficiários e o acompanhamento e monitorização da aplicação dos apoios concedidos;

O Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado no Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, consagra no n.º 1 do seu artigo 23.º, que constituem atribuições do município a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, dispondo de competências, designadamente, nos domínios dos transportes, educação, saúde, ação social e habitação, de acordo com as alíneas c), d), g), h) e i) do n.º 2 da mencionada Lei.

O diploma legal acima citado, com a última redação em vigor, refere na alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º que compete à Câmara Municipal “ (...) apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o município, incluindo aquelas que contribuam para a promoção da saúde e prevenção das doenças”;



Município de Monção

Também a alínea v) do mesmo preceituado legal estipula que compete à Câmara Municipal “participar na prestação de serviços e prestar apoio a pessoas em situação de vulnerabilidade, em parceria com as entidades competentes da administração central e com instituições particulares de solidariedade social, nas condições constantes de regulamento municipal”;

Numa ótica de justiça social e de democracia, de acordo com o preceituado no artigo 81.º da Constituição da República Portuguesa, o Estado deve promover o aumento do bem-estar social e económico e da qualidade de vida da população, em especial da mais desfavorecida, promovendo e assegurando a justiça social, a igualdade de oportunidades e corrigindo as desigualdades na distribuição da riqueza e do rendimento;

Cumpré, assim, proceder à elaboração de um Projeto de Regulamento Municipal de Concessão de Apoio Sociais, que defina os critérios de atribuição das medidas do Programa Monção Social.

Em cumprimento dos artigos 100.º e 101.º do Código do Procedimento Administrativo, o presente Regulamento foi submetido a audiência dos interessados e a discussão pública para recolha de sugestões em conformidade com o disposto no n.º 1 do artigo 98.º do mesmo Código e aprovado por deliberação da Câmara Municipal de ____ de ____ de 2018 e da Assembleia Municipal de ____ de ____ de 2018.

PREÂMBULO

Considerando que de acordo com o preceituado na alínea k) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, compete à Câmara Municipal elaborar e submeter à aprovação da Assembleia Municipal os projetos de regulamentos externos do município, nos termos do disposto na alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º do mesmo diploma legal.

Considerando que o presente Regulamento foi objeto de publicitação ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 98.º do Código de Procedimento Administrativo, não se tendo verificado a constituição de qualquer interessado ou a apresentação de qualquer contributo, bem como foi objeto de audiência dos interessados, e apreciação pública, respetivamente nos termos dos artigos 100.º e 101.º do Código do Procedimento Administrativo;

Nos termos do disposto nos n.ºs 7 e 8 do artigo 112.º e do artigo 241.º da Constituição da República Portuguesa e ao abrigo da alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º



Município de Monção

75/2013, de 12 de setembro, a Assembleia Municipal aprova, sob proposta da Câmara Municipal, o seguinte Regulamento:

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

SECÇÃO I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

ARTIGO 1.º Lei Habilitante

O presente regulamento tem como legislação habilitante geral o disposto no n.º 7 do artigo 112.º e no artigo 241.º da Constituição da República Portuguesa, na alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º e na alínea k) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, no Código do Procedimento Administrativo, na Lei n.º 53-B/2006, de 29 de Dezembro, alterada pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril e pela Lei n.º 42/2016 de 28 de Dezembro, bem como, no disposto pelos diplomas legais a seguir enunciados:

Capítulo II, III e IV - nos termos do disposto na alínea nas alíneas g) e h) do n.º 2 do artigo 23.º e na alínea v) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, nas suas redações em vigor.

Capítulo V - nos termos do disposto na alínea nas alíneas d) e h) do n.º 2 do artigo 23.º e na alínea v) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, nas suas redações em vigor.

Capítulo VI - nos termos do disposto na alínea nas alíneas g) e h) do n.º 2 do artigo 23.º e na alínea u) e v) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, nas suas redações em vigor e Portaria n.º 142-B/2012, com as alterações introduzidas pela Portaria n.º 194/2017 de 21 de junho.

Capítulo VII - nos termos do disposto na alínea nas alíneas h) e i) do n.º 2 do artigo 23.º e na alínea v) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, nas suas redações em vigor.

ARTIGO 2.º Objecto

1. O presente regulamento consagra as disposições regulamentares com eficácia externa em vigor na área do Município de Monção do “Programa Monção Social” e estabelece o regime jurídico na atribuição de bens de apoio essenciais ao bem-estar e saúde; apoio à vacinação infantil; atribuição de comparticipação nas despesas com a aquisição de medicamentos; apoio à integração em Creche; apoio ao transporte de doentes não urgentes e apoio à recuperação de habitações degradadas.



Município de Monção

2. Sem prejuízo do disposto nos Capítulos seguintes, o presente Regulamento aplica-se a todos os agregados familiares residentes no Concelho de Monção.

Artigo 3.º

Prossecução do interesse público

1. A atividade municipal no seu todo dirige-se à prossecução do interesse público, visando assegurar a adequada harmonização dos interesses particulares com o interesse geral.
2. Incumbe ao Município, através da Câmara Municipal, fazer prevalecer as exigências impostas pelo interesse público sobre os interesses particulares, nas condições previstas na lei, no presente Regulamento e demais regulamentação aplicável.
3. O relacionamento da Câmara Municipal com os particulares rege-se por critérios de objetividade e justiça, designadamente, nos domínios da atribuição de prestações municipais, da determinação dos ilícitos e atualização do montante das correspondentes sanções.

Artigo 4.º

Regime do Financiamento

1. O montante global de financiamento do Programa Monção Social será fixado e inscrito anualmente no orçamento do Município de Monção.
2. Todas as medidas do Programa Monção Social correspondem a uma comparticipação municipal, variável em função dos rendimentos de referência do agregado familiar.
3. As percentagens da comparticipação municipal para as diferentes medidas do Programa Monção Social, serão fixadas e aprovadas anualmente pela Câmara Municipal, em função do montante global de financiamento do referido programa, inscrito no orçamento do Município.
4. Esgotando-se o montante global definido anualmente em orçamento municipal para o “Programa Monção Social”, não poderão ser atribuídos apoios no âmbito no presente Regulamento, sem prejuízo do pedido entretanto efetuado, poder ficar a aguardar a inscrição de verba no programa ou transitar para o ano seguinte.

Artigo 5.º

Escalões de Referência

1. Os escalões de rendimento *per capita* considerados para efeitos de atribuição das comparticipações são estabelecidos com base no Indexante de Apoios Sociais, e o valor a considerar é o fixado para o ano a que se referem os rendimentos do agregado familiar que serviram de base ao apuramento do rendimento *per capita* do mesmo agregado.
2. Para cada medida de apoio serão abrangidos os requerentes cujo rendimento mensal *per capita* se enquadre nos valores de referência definidos pelo presente Regulamento.
3. A Câmara Municipal pode, contudo, abranger, a título excecional, outros requerentes mediante a apresentação de proposta dos Serviços Municipais devidamente fundamentada e comprovada.



Município de Monção

4. Para efeitos do disposto no número anterior, os escalões de referência para integração dos beneficiários no valor da comparticipação a atribuir no âmbito de cada medida de apoio, serão os constantes da seguinte tabela:

Escalão	Referencial
1	Até 70,01% do IAS
2	Entre 70,02% e 100,01% do IAS
3	Entre 100,02% e 115,01% do IAS
4	Acima de 115,02% do IAS

SECÇÃO II

SUBSECÇÃO I DISPOSIÇÕES COMUNS

Artigo 6.º Definições

1. Para efeitos do presente regulamento, considera-se:

a) **“Agregado Familiar”**, para além do requerente, integram o respetivo agregado familiar o conjunto de pessoas que com ele vivam em economia comum, conforme o disposto com o artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 70/2010, de 16 de junho.

b) **“Dependente”**, o elemento do agregado familiar que seja menor ou, tendo idade inferior a 26 anos, frequente estabelecimento de ensino e não aufera rendimento mensal líquido superior ao indexante dos apoios sociais;

c) **“Indexante de apoios sociais”**, o valor fixado nos termos da Lei n.º 53-B/2006, de 29 de Dezembro, alterada pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril;

d) **“Emergência Social”**, situação de gravidade excepcional resultante de insuficiência económica inesperada de factores de risco social e/ou de saúde no seio do agregado familiar;

e) **“Obras de conservação e beneficiação”**, todas as obras que consistam na reparação de paredes, coberturas, tetos e pavimentos, reparações de portas e janelas, construção ou melhoramento de instalações sanitárias, redes internas de água, esgotos, eletricidade e gás;

f) **“Obras de melhoramento das condições de segurança e conforto de pessoas com necessidades especiais”**, todas aquelas que se mostrem necessárias à readaptação do espaço, no sentido de o adequar à habitabilidade do portador de deficiência motora, onde se inclui a eliminação de barreiras arquitetónicas, designadamente, construção de rampas, adequação da disposição das loiças sanitárias nas casas de banho ou sua implantação, colocação de materiais protetores em portas e ombreiras, construção de locais de recolha de cadeiras de rodas ou outro equipamento ortopédico equivalente, alteração e adaptação de mobiliário de cozinha, alargamento e adequação de espaços físicos e colocação de materiais destinados à utilização por parte de indivíduos portadores de deficiência física -motora;



Município de Monção

g) “Obras de reconstrução e ampliação”, todas aquelas que consistam na criação de condições mínimas de habitabilidade, higiene, salubridade e segurança necessárias a uma vivência condigna;

Artigo 7.º

Cálculo do rendimento mensal *per capita*

1. Para efeitos de atribuição das medidas de apoio do presente regulamento, entende-se por rendimento mensal *per capita*, o duodécimo da soma dos rendimentos anuais líquidos de todos os membros do agregado familiar, de acordo com a seguinte fórmula:

$$C = \frac{R - D}{12 * N}$$

Sendo que:

C = Rendimento mensal *per capita*;

R = Rendimento anual ilíquido do agregado familiar;

D = Despesas anuais fixas com habitação, água, luz, medicamentos e serviços/respostas de apoio social para pessoas e crianças;

N = Número de elementos do agregado familiar.

2. As despesas mensais fixas com a habitação terão como limite máximo o valor de € 400, as despesas mensais fixas com medicamentos terão como limite máximo € 50 por cada elemento do agregado familiar e as despesas mensais fixas com a aquisição de serviços ou respostas de apoio social para pessoas e crianças o limite máximo de € 250.

Artigo 8.º

Notificações e Comunicações

1. Sem prejuízo do disposto relativamente às formas de notificação e comunicação previstas nos capítulos seguintes, as comunicações e notificações podem ser efetuadas por correio para o domicílio indicado nos respetivos requerimentos de candidatura, salvo nos casos em que haja prévio consentimento para que sejam efetuadas por correio eletrónico para a caixa postal eletrónica indicada no mencionado requerimento.

2. As comunicações e notificações mencionadas no número anterior consideram-se feitas:

a) Na data da respetiva expedição, quando efetuadas através de correio eletrónico, servindo de prova a mensagem eletrónica com recibo de entrega da mesma, a qual será junta ao processo de concurso;

b) No 3.º dia posterior à data de expedição indicada pelos serviços postais, quando efetuadas através de carta simples.

3. Não podendo efetuar-se as comunicações e notificações por via eletrónica, designadamente por impossibilidade de obtenção do recibo de entrega, estas serão realizadas por correio para o domicílio.



Município de Monção

4. Qualquer alteração ao endereço eletrónico e domicílio indicados, deverão ser comunicados sob pena das comunicações e notificações se considerarem efetuadas para todos os efeitos legais.

Artigo 9.º

Contagem de Prazos

1. Salvo disposição legal em contrário é aplicável aos prazos estabelecidos neste Regulamento o regime geral previsto no Código do Procedimento Administrativo.
2. O prazo que termine em sábado, domingo, feriado ou em dia em que o serviço perante o qual deva ser praticado o ato não esteja aberto ao público, ou não funcione durante o período normal, transfere-se para o 1.º dia útil seguinte.

SUBSECÇÃO II

PROCEDIMENTO DA ATRIBUIÇÃO DOS APOIOS

Artigo 10.º

Anúncio das Medidas de Apoio

1. O anúncio das medidas de apoio do Programa Monção Social, após definição das mesmas por deliberação municipal, será publicitado através de edital a afixar nos lugares de estilo e a publicar no sítio da Internet do Município de Monção.
2. No anúncio mencionado no número anterior indicar-se-á:
 - a) A identificação da unidade orgânica dos serviços municipais responsáveis pela organização do procedimento, endereço, número de telefone, correio eletrónico, fax e horário de funcionamento;
 - b) As condições de acesso ao procedimento;
 - c) Forma de apresentação das candidaturas;
 - d) O objeto do procedimento;
 - e) O local e o horário onde podem ser consultados os elementos que integram o procedimento, obtido o formulário de candidatura, prestados esclarecimentos e apresentadas as candidaturas;
 - f) Outras informações consideradas adequadas.

Artigo 11.º

Apresentação do Pedido

1. A atribuição de apoios depende da apresentação de requerimento dirigido ao Presidente da Câmara Municipal, a quem, salvo disposição legal em contrário, compete, com possibilidade de subdelegação nos Vereadores, decidir todas as pretensões a que se refere o presente Regulamento.
2. Sem prejuízo do mencionado nos Capítulos seguintes, os requerimentos têm de ser apresentados pelas formas legalmente admitidas, nomeadamente por escrito e entregue no Balcão Único da Câmara Municipal de Monção, por via eletrónica para servicossociais@cm-moncao.pt ou plataforma eletrónica disponível para o efeito.



Município de Monção

3. Os requerimentos têm de ser apresentados em conformidade com modelo próprio, que pode ser obtido em www.cm-moncao.pt »serviços municipais» serviços sociais, ou gratuitamente no local de apresentação e instruídos com todos os documentos legalmente exigidos.

4. A mera apresentação do requerimento não confere aos candidatos o direito à atribuição do tipo de apoio pedido.

Artigo 12.º

Do Requerimento

1. Os requerimentos são instruídos com os documentos exigidos por lei e os demais que sejam estritamente necessários à apreciação do pedido.

2. Pode ser ainda exigido ao requerente o fornecimento de elementos adicionais, quando sejam considerados indispensáveis à apreciação do pedido.

3. Quando se verifique que o requerimento não cumpre os requisitos exigidos ou não se encontra devidamente instruído, o requerente é notificado para no prazo de dez dias, contados da data da notificação, suprir as deficiências que não possam ser supridas oficiosamente.

Artigo 13.º

Documentos instrutórios

1. O requerimento inicial de pedido de apoio deve ser obrigatoriamente acompanhado dos seguintes documentos:

a) Fotocópia do bilhete de identidade ou cartão de cidadão de todos os elementos que compõe o agregado familiar;

b) Fotocópia do cartão de contribuinte de todos os elementos que compõe o agregado familiar;

c) Declaração emitida pela Junta de Freguesia a declarar a composição e identificação do agregado familiar e respetiva morada e no caso de estrangeiros, autorização de residência;

d) Documentos comprovativos dos rendimentos auferidos pelos elementos do agregado familiar do candidato, nomeadamente:

i) Fotocópia da última declaração de IRS e respetiva nota de liquidação, ou declaração de isenção emitida pelo Serviço de Finanças;

ii) Fotocópias dos recibos de vencimento, pensões, reformas ou outros rendimentos de todos os elementos do agregado familiar, do mês anterior à candidatura;

iii) Documento emitido pelo Instituto de Segurança Social (I.S.S.) comprovativo do montante recebido por todos os elementos do agregado familiar a título de subsídios, abonos, pensões e outros rendimentos, no mês anterior à candidatura;

iv) Declaração sob compromisso de honra a clarificar a situação económica, apenas para os elementos do agregado familiar que não tenha a mesma esclarecida, conforme minuta que acompanha o formulário de candidatura;



Município de Monção

e) Documentos comprovativos de encargos fixos com a habitação permanente do candidato e dos elementos do seu agregado familiar, nomeadamente fotocópias do último recibo da renda, de água e eletricidade, declaração da entidade financiadora do empréstimo para a aquisição de habitação própria permanente comprovativa dos encargos, e a última nota de liquidação do IMI;

f) Documentos comprovativos de despesas fixas com a aquisição de serviços ou respostas de apoio social;

g) Documentos comprovativos de encargos fixos com medicamentos do candidato e dos elementos do seu agregado familiar.

h) Declaração, sob compromisso de honra do candidato, da veracidade de todas as declarações prestadas no formulário de candidatura e que não usufrui de quaisquer outros rendimentos para além dos declarados.

Artigo 14.º

Rejeição Liminar

Para além dos casos previstos na lei ou neste Regulamento, constituem fundamento de rejeição liminar do requerimento:

a) A apresentação de requerimento que não cumpra os requisitos exigidos ou não se encontre instruído com os elementos necessários, quando, tendo sido notificado nos termos do n.º 3 do artigo 12.º, o requerente não tenha vindo suprir as deficiências dentro do prazo fixado para o efeito;

b) A existência de quaisquer dívidas para com o Município, do requerente ou qualquer membro do seu agregado familiar.

Artigo 15.º

Análise das candidaturas

1. Sem prejuízo do disposto no número seguinte, as candidaturas apresentadas no âmbito do presente Regulamento, são analisadas pelos Serviços Municipais responsáveis pelo procedimento para cada medida, com base no requerimento apresentado e respetivos documentos anexos.

2. A análise da candidatura da medida de apoio à recuperação de habitações degradadas é efetuada por uma equipa de trabalho multidisciplinar que será designada por despacho do Presidente da Câmara Municipal ou pelo Vereador com competências delegadas.

3. Quando o agregado familiar do candidato não apresente rendimentos ou as suas fontes de rendimento não sejam perceptíveis, e ainda com vista a apurar a veracidade das declarações prestadas, os Serviços de Ação Social podem promover a realização de diligências complementares, nomeadamente, entrevistas, visitas domiciliárias, e ainda solicitar documentos e informações ao candidato ou a outras entidades.

4. Os documentos e as informações resultantes da realização de diligências complementares previstas no número anterior fazem parte integrante do procedimento de candidatura e serão considerados na análise das candidaturas para efeitos de atribuição dos apoios.



Município de Monção

Artigo 16.º

Causas de exclusão

Sem prejuízo do disposto no artigo 14.º de rejeição liminar do requerimento apresentado, são ainda excluídos os candidatos quando se verifique algumas das seguintes situações:

- a)** Não preencham os requisitos previstos para poderem ser beneficiários, sem prejuízo do disposto no n.º 2 do artigo 5.º;
- b)** Não apresentem no prazo fixado pelos serviços municipais os documentos previstos no artigo 13.º ou outros documentos e informações solicitadas nos termos do n.º 3 do artigo anterior;
- c)** Os rendimentos do candidato ou do seu agregado familiar não sejam percetíveis e quando das diligências previstas no n.º 3 do artigo anterior não tenha resultado um esclarecimento adequado da situação económica;
- d)** Sejam proprietários de bens de elevado valor, ou ainda quando haja evidentes sinais exteriores de riqueza de que seja titular o candidato ou outros elementos do agregado familiar;
- e)** O recebimento de um outro benefício/apoio concedido por outra instituição destinado ao mesmo fim, salvo se for dado conhecimento de tal facto ao Município, e ponderadas as circunstâncias se considerar justificada a acumulação;
- f)** Prestem falsas declarações, falsifiquem documentos, e ainda ocultem elementos da situação financeira, patrimonial e social do agregado familiar;
- g)** Tenham sido interditados, assim como algum elemento do agregado familiar, de receber apoios do Município de Monção nos últimos dois anos.

Artigo 17.º

Decisão

- 1.** Os serviços municipais responsáveis pela análise das candidaturas, no prazo máximo de 30 dias úteis, a contar da data de entrega da candidatura, deverão analisá-la, verificando a existência de alguma causa de exclusão nos termos do artigo anterior, e ainda o cumprimento dos requisitos previstos no presente Regulamento, submetendo posteriormente a proposta de decisão devidamente fundamentada a despacho do Presidente da Câmara Municipal ou do Vereador com competência delegada.
- 2.** Quando a proposta de decisão seja no sentido de não atribuição do apoio requerido, os serviços competentes deverão promover, antes da decisão final, a audiência prévia dos candidatos, nos termos do Código do Procedimento Administrativo.
- 3.** A decisão de atribuição ou não atribuição de apoio será notificada aos candidatos por escrito, no prazo de 5 dias úteis, contados da data do despacho de decisão.
- 4.** Quando haja lugar ao suprimento de deficiências, os prazos mencionados no número um do presente artigo, começam a contar desde a data da entrega do último documento que regularize o requerimento ou complete a respetiva instrução.



Município de Monção

Artigo 18.º

Emissão de Cartão de Beneficiário

Após decisão de atribuição de apoio no âmbito do presente Regulamento, e sempre que se aplique, os beneficiários de qualquer medida do Programa Monção Social receberão um cartão, pessoal e intransmissível, válido até ao final do ano civil em que é atribuído, o qual é condição de eficácia do direito de utilização do benefício, sendo o mesmo emitido pela Câmara Municipal e entregue pelos Serviços Municipais responsáveis pela gestão do procedimento.

Artigo 19.º

Obtenção dos apoios

1. Para usufruir de qualquer medida de apoio do presente regulamento, os beneficiários deverão sempre apresentar às entidades parceiras o cartão mencionado no artigo anterior e seguir os procedimentos constantes do presente Regulamento.
2. A conta corrente dos beneficiários será encerrada a 31 de dezembro do ano civil em que foi atribuído o apoio, independentemente da sua utilização integral ou não.

Artigo 20.º

Pagamento dos apoios

1. O Município de Monção, através dos Serviços Municipais, elaborará uma listagem com a identificação dos beneficiários das medidas do Programa Monção Social, que será acompanhada de um registo da conta corrente dos mesmos, a elaborar em papel ou suporte informático.
2. A listagem e o registo, mencionados no número anterior, serão facultados às entidades parceiras que tenham celebrado com o Município o protocolo de atribuição dos vários tipos de apoio.
3. O Município de Monção e as entidades parceiras mantêm a listagem e o registo mencionados no número um permanentemente atualizados.
4. Com base na informação constante do registo da conta corrente dos beneficiários, e caso se aplique, os apoios concedidos, serão pagos mensalmente às entidades parceiras que deverão enviar, até ao 8.º dia de cada mês seguinte ao da aquisição dos bens e/ou serviços de apoio pelos beneficiários, um documento comprovativo de todos os montantes a pagar, que será conferido pelos Serviços Municipais, para que o Município de Monção emita a respetiva ordem de pagamento, e o mesmo se efetive até ao final de cada mês.

SUBSECÇÃO III

ENTIDADES PARCEIRAS

Artigo 21.º

Entidades Parceiras

Para efeitos do presente Regulamento, entende-se por Entidades Parceiras, as entidades que, em colaboração com o Município de Monção, disponibilizem bens e/ou



Município de Monção

serviços aos beneficiários das diferentes medidas do Programa Monção Social, nos termos do presente Regulamento.

Artigo 22.º

Requisitos

As entidades parceiras do Programa Monção Social deverão preencher, cumulativamente, os seguintes requisitos:

- a)** Ter na área geográfica do Concelho de Monção, sede fiscal ou estabelecimento comercial que opere no âmbito do seu objeto comercial ou dos serviços a prestar;
- b)** Ter sempre disponíveis os bens e/ou serviços contemplados nas medidas do Programa Monção Social;
- c)** Possuir equipamento compatível para a instalação e utilização do sistema informático usado pelo Município de Monção na monitorização do programa, nomeadamente o leitor de cartões e a plataforma eletrónica, caso se aplique;
- d)** Ter a sua situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social e impostos devidos em Portugal.

Artigo 23.º

Abertura de Concurso

- 1.** O Município de Monção, no âmbito do Programa Monção Social, publica o anúncio de abertura do concurso para as entidades que pretendam ser parceiras no fornecimento de bens e/ou serviços das diferentes medidas, o qual será publicitado através de edital a afixar nos lugares de estilo e a publicar no sítio da Internet do Município de Monção.
- 2.** No anúncio mencionado no número anterior indicar-se-á:
 - a) A identificação da unidade orgânica dos serviços municipais responsável pela organização do concurso, endereço, número de telefone, correio eletrónico, fax e horário de funcionamento;
 - b) Os requisitos de acesso ao concurso;
 - c) O prazo e a forma de apresentação das candidaturas;
 - d) O local e o horário onde podem ser consultados os elementos que integram o concurso, obtido o formulário de candidatura, prestados esclarecimentos e apresentadas as candidaturas;
 - e) Outras informações consideradas adequadas.

Artigo 24.º

Prazo e forma de candidatura

- 1.** A apresentação de candidaturas para as entidades que pretendam ser parceiras no fornecimento de bens e/ou serviços é feita mediante requerimento próprio, devidamente preenchido.
- 2.** O requerimento mencionado no número anterior deverá ser acompanhado de documento comprovativo do disposto nas alíneas a) e d) do artigo 22.º.



Município de Monção

3. O prazo para a apresentação de candidaturas será de 10 dias a contar da data do anúncio de abertura do concurso.
4. As candidaturas podem ser entregues presencialmente no balcão de atendimento do Município, ou ainda enviadas por correio ou outros meios previstos no anúncio de abertura do concurso.
5. A mera apresentação de candidatura não confere à entidade o direito a ser entidade parceira da medida.

Artigo 25.º

Análise e decisão de candidaturas

1. Os Serviços Municipais responsáveis pelo procedimento de cada medida, no prazo de 10 dias, a contar da entrega das candidaturas, deverão analisá-las com base nos requerimentos apresentados e respetivos documentos anexos, verificando o cumprimento dos requisitos previstos no presente Regulamento para as entidades parceiras, submetendo posteriormente a proposta de decisão devidamente fundamentada, juntamente com a minuta do Protocolo de Parceria, à Câmara Municipal para efeitos de deliberação.
2. Quando a proposta de decisão não seja inteiramente favorável a algum dos candidatos, os serviços competentes deverão promover, antes da decisão final, a audiência prévia dos candidatos, nos termos do Código do Procedimento Administrativo.
3. A decisão final da Câmara Municipal será notificada aos candidatos por escrito, no prazo de 5 dias, contados da data da respetiva deliberação.
4. As entidades admitidas celebrarão com o Município de Monção o Protocolo de Parceria.

SUBSECÇÃO IV DIREITOS E DEVERES

Artigo 26.º

Deveres da Câmara Municipal

No âmbito do presente Regulamento compete à Câmara Municipal:

- a) Instruir os procedimentos previstos no presente Regulamento para a execução de cada medida de atribuição de apoio no âmbito do Programa Monção Social;
- b) Emitir os cartões de beneficiários;
- c) Elaborar e facultar às entidades parceiras a listagem dos beneficiários e o registo da conta corrente dos mesmos;
- d) Manter atualizados a listagem dos beneficiários e o registo da conta corrente dos mesmos;
- e) Pagar mensalmente as quantias devidas às entidades parceiras pelos bens e/ou serviços de apoio adquiridos pelos beneficiários;
- f) Gerir a plataforma eletrónica de monitorização do Programa;
- g) Publicitar a lista das entidades parceiras no sítio da Internet do Município;



Município de Monção

- h) Elaborar um relatório de execução da medida no final de cada ano civil;
- i) Fiscalizar o cumprimento do disposto no presente Regulamento.

Artigo 27.º

Deveres das entidades parceiras

No âmbito do presente Regulamento compete às entidades parceiras:

- a) Ter sempre disponíveis os bens e/ou serviços, e atribuir os respetivos bens, até esgotar o limite definido para o Programa Monção Social, aos beneficiários indicados pelo Município;
- b) Manter permanentemente atualizado o registo da conta corrente dos beneficiários, utilizando o leitor de cartões e a plataforma eletrónica usados para o efeito, caso se aplique;
- c) Remeter, até ao 8.º dia de cada mês seguinte ao da aquisição dos bens e/ou serviços pelos beneficiários, um documento comprovativo de todos os montantes a pagar a título da medida de apoio;
- d) Colaborar com o Município de Monção na divulgação das medidas de apoio disponíveis, nomeadamente naquelas em que forem entidade parceira.

Artigo 28.º

Obrigações dos beneficiários

1. No âmbito do presente Regulamento constituem obrigações dos beneficiários:

- a) Informar o Município sempre que se verifique a alteração de alguma das condições que determinou a concessão do apoio;
- b) Recorrer aos Serviços de Ação Social do Município sempre que haja alguma situação anómala durante a concessão do apoio;
- c) Não permitir a utilização do cartão por terceiros;
- d) Informar o Município sobre a perda, roubo ou extravio do cartão.

2. Os deveres referidos no número anterior devem ser exercidos no prazo máximo de 10 dias a contar da ocorrência dos factos aí previstos.

Artigo 29.º

Direitos dos beneficiários

No âmbito do presente Regulamento constitui direito dos beneficiários usufruir do apoio concedido nas condições e nos termos constantes do presente Regulamento.

SUBSECÇÃO V

REGIME SANCIONATÓRIO

Artigo 30.º

Cessação do direito de aquisição de bens de apoio

Sem prejuízo do disposto nos Capítulos seguintes, constituem causas de cessação do direito de beneficiar de qualquer medida de apoio no âmbito do Programa Monção Social, designadamente:



Município de Monção

- a) A alteração de alguma das condições que determinou a concessão do apoio;
- b) A prestação de falsas declarações ou falsificação de documentos para obtenção do apoio, e ainda a ocultação de elementos da situação financeira, patrimonial e social do agregado familiar do beneficiário;
- c) O recebimento de um outro benefício concedido por outra entidade ou instituição e destinado aos mesmos fins, salvo se for dado conhecimento de tal facto ao Município, e ponderadas as circunstâncias se considerar justificada a acumulação;
- d) A falta de apresentação de documentação solicitada ou a falta de prestação de esclarecimentos, dentro dos prazos fixados para o efeito;
- e) A transmissão ou utilização do cartão por terceiros;
- f) Óbito do respetivo beneficiário.

Artigo 31.º

Regime sancionatório

As circunstâncias previstas no artigo anterior terão como consequência a perda do direito ao apoio concedido, podendo ainda determinar-se a devolução dos valores correspondentes aos benefícios obtidos indevidamente, acrescidos de juros de mora à taxa legal em vigor, e a interdição por um período de dois anos de receber qualquer apoio do Município, sem prejuízo de eventual responsabilidade civil ou penal se aplicável.

CAPÍTULO II

MEDIDA DE ATRIBUIÇÃO DE BENS DE APOIO

SECÇÃO I

REGIME DE ATRIBUIÇÃO DE BENS DE APOIO

Artigo 32.º

Âmbito

1. A medida de atribuição de bens de apoio destina-se a apoiar as pessoas que necessitem de bens essenciais ao seu bem-estar e saúde e que reúnam as condições descritas no artigo seguinte.
2. Os bens de apoio essenciais ao bem-estar e saúde a atribuir no âmbito do presente Capítulo, serão definidos mediante deliberação do executivo municipal, seguindo a atribuição dos apoios, os procedimentos constantes no presente Regulamento.

Artigo 33.º

Beneficiários

Podem beneficiar da medida de aquisição de bens de apoio todas as pessoas que cumulativamente preencham os seguintes requisitos:

- a) Residir no concelho de Monção;



Município de Monção

b) Necessitar de bens de apoio essenciais ao seu bem-estar e saúde desde que atestadas por prescrição médica;

c) Possuir um rendimento *per capita* do agregado familiar no máximo até ao terceiro escalão da tabela do artigo 5.º do presente regulamento.

Artigo 34.º

Valor do apoio

O valor da comparticipação à aquisição dos bens de apoio a atribuir para cada escalão referido no artigo anterior, será definido nos termos do artigo 4.º do presente Regulamento.

SECÇÃO II

PROCEDIMENTO E ATRIBUIÇÃO DOS BENS DE APOIO

Artigo 35.º

Regime

Sem prejuízo do disposto no presente Capítulo, o procedimento e atribuição da comparticipação para a aquisição dos bens de apoio segue o regime geral Capítulo I do presente regulamento.

Artigo 36.º

Documentos instrutórios

1. Além de todos os documentos mencionados no artigo 13.º do presente Regulamento, o requerimento de atribuição do apoio deve, ainda, ser acompanhado de documento comprovativo da necessidade de bens de apoio, nomeadamente relatório ou atestado médico.
2. Para além dos documentos referidos no número anterior, quando necessário pode ser ainda exigido aos candidatos a entrega de outros documentos.

Artigo 37.º

Pagamento da comparticipação

1. Sem prejuízo do disposto no artigo 20.º o pagamento da comparticipação será efetuado diretamente pelo Município de Monção ao Parceiro aderente, em conformidade com o protocolo de comparticipação municipal em matéria de atribuição de bens de apoio a celebrar com as entidades aderentes.
2. A entidade parceira deverá até ao 8.º dia de cada mês seguinte ao da aquisição, enviar um documento comprovativo de todos os montantes a pagar, que será conferido pelo serviço de ação social, para que o Município emita a respetiva ordem de pagamento, e o mesmo se efetive até ao final de cada mês.



Município de Monção

CAPÍTULO III APOIO À VACINAÇÃO INFANTIL

SECÇÃO I REGIME DE APOIO E CONDIÇÕES DE ACESSO À VACINAÇÃO INFANTIL

Artigo 38.º

Âmbito

1. A medida de apoio à vacinação infantil destina-se a apoiar agregados familiares com crianças a cargo, na aquisição de vacinas não contempladas no Programa Nacional de Vacinação.
2. As vacinas a integrar a medida de apoio a atribuir no âmbito do presente Capítulo serão definidas mediante deliberação do executivo municipal, seguindo posteriormente, os procedimentos constantes no presente Regulamento.

Artigo 39.º

Beneficiários

Podem beneficiar da medida de comparticipação à vacinação infantil todas as crianças e jovens cujos agregados familiares, cumulativamente, preencham os seguintes requisitos:

- a) Residir no concelho de Monção;
- b) Ter a seu cargo crianças com idades compreendidas entre os 0 e 18 anos;

Artigo 40.º

Valor do apoio

O valor da comparticipação à vacinação infantil a atribuir para cada escalão referido no artigo anterior, será definido nos termos do artigo 4.º do presente Regulamento.

Artigo 41.º

Valor Unitário das Vacinas

O valor unitário a considerar para a vacina abrangida pelo presente Regulamento corresponde ao valor indicado pelo INFARMED - Autoridade Nacional do Medicamento e Produtos de Saúde, I. P., de acordo com a legislação em vigor.

SECÇÃO II

PROCEDIMENTO DE ATRIBUIÇÃO DO APOIO À VACINAÇÃO

Artigo 42.º

Regime

Sem prejuízo do disposto no presente Capítulo, o procedimento e atribuição da comparticipação à vacinação infantil segue o regime geral do Capítulo I do presente regulamento.



Município de Monção

Artigo 43.º

Pedido

Têm legitimidade para requerer a atribuição do apoio para a aquisição das vacinas:

- a)** Os pais ou pessoas equiparadas por situação de facto ou os representantes legais, desde que a criança esteja inserida no seu agregado familiar;
- b)** A pessoa idónea que viva em comunhão de mesa e habitação com a criança, a pessoa a quem a mesma esteja confiada administrativa ou judicialmente ou a entidade que a tenha à sua guarda e cuidados que lhe preste ou se disponha a prestar-lhe assistência, desde que a situação seja devidamente comprovada.

Artigo 44.º

Documentos instrutórios

1. Além de todos os documentos mencionados no artigo 13.º, o requerimento de atribuição do apoio deve, ainda, ser acompanhado dos seguintes documentos:
 - a)** Cópia do Boletim Individual de Saúde (Boletim de Vacinas) da criança, devidamente atualizado;
 - b)** Receita médica que prescreva a vacina, a compartilhar pelo Município.
2. Para além dos documentos referidos no número anterior, quando necessário pode ser ainda exigido aos candidatos a entrega de outros documentos.

Artigo 45.º

Forma de Aquisição das vacinas

Os beneficiários poderão adquirir a vacina, em qualquer entidade parceira, devendo dar cumprimento ao estipulado no artigo 19.º do presente Regulamento.

Artigo 46.º

Pagamento da comparticipação

1. Sem prejuízo do disposto no artigo 20.º do presente Regulamento, o pagamento da comparticipação será efetuado diretamente pelo Município de Monção à Entidade Parceira, em conformidade com o protocolo de comparticipação municipal em matéria de apoio à Vacinação Infantil, a celebrar com as entidades aderentes.
2. A entidade parceira deverá até ao 8.º dia de cada mês seguinte ao da aquisição, enviar um documento comprovativo de todos os montantes a pagar, que será conferido pelo serviço de ação social, para que o Município emita a respetiva ordem de pagamento, e o mesmo se efetive até ao final de cada mês.

CAPÍTULO IV

COMPARTICIPAÇÃO EM MEDICAMENTOS

SECÇÃO I

REGIME E ACESSO À COMPARTICIPAÇÃO DE MEDICAMENTOS



Município de Monção

Artigo 47.º

Âmbito

A comparticipação em medicamentos destina-se a apoiar a aquisição de medicamentos com receita médica do Serviço Nacional de Saúde (SNS) a pessoas que se encontrem em situação de comprovada carência económica e cumpram com o disposto no artigo seguinte.

Artigo 48.º

Beneficiários

Podem beneficiar da comparticipação em medicamentos todas as pessoas que cumulativamente preencham os seguintes requisitos:

- a) Residir no concelho de Monção em alojamento familiar;
- b) Ter idade igual ou superior a 66 anos ou ser portador de doença crónica nos termos definidos na legislação em vigor ou ainda outras doenças similares com limitações devidamente comprovadas mediante declaração ou relatório médico;
- c) Possuir um rendimento *per capita* do agregado familiar no máximo até ao terceiro escalão da tabela do artigo 5.º do presente regulamento.

Artigo 49.º

Valor do apoio

O valor da comparticipação à aquisição de medicamentos a atribuir para cada escalão referido no artigo anterior, será definido nos termos do artigo 4.º do presente Regulamento.

SECÇÃO II

PROCEDIMENTO DE ATRIBUIÇÃO DA COMPARTICIPAÇÃO DE MEDICAMENTOS

Artigo 50.º

Regime

Sem prejuízo do disposto no presente Capítulo, o procedimento e atribuição da comparticipação para a aquisição de medicamentos, segue o regime geral do Capítulo I do presente regulamento.

Artigo 51.º

Documentos instrutórios

1. Além de todos os documentos mencionados no artigo 13.º, o requerimento de atribuição do apoio de comparticipação de medicamentos, deve, ainda, ser acompanhado de documento comprovativo de problemas de saúde crónicos ou com outras doenças similares e a respetiva medicação usada no tratamento devem ser comprovados mediante declaração ou relatório médico;
2. Para além dos documentos referidos no número anterior, quando necessário pode ser ainda exigido aos candidatos a entrega de outros documentos.



Município de Monção

Artigo 52.º

Forma de Aquisição dos Medicamentos

Os beneficiários poderão adquirir os medicamentos, em qualquer entidade parceira, devendo dar cumprimento ao estipulado no artigo 19.º do presente Regulamento.

Artigo 53.º

Pagamento da comparticipação

1. Sem prejuízo do disposto no artigo 20.º do presente Regulamento, o pagamento da comparticipação será efetuado diretamente pelo Município de Monção à Entidade Parceira, em conformidade com o protocolo de comparticipação municipal em matéria de apoio comparticipação de medicamentos, a celebrar com as entidades aderentes e é deduzido à mensalidade aplicada à família beneficiada.
2. A entidade parceira deverá até ao 8.º dia de cada mês seguinte ao da aquisição, enviar um documento comprovativo de todos os montantes a pagar, que será conferido pelo serviço de ação social, para que o Município emita a respetiva ordem de pagamento, e o mesmo se efetive até ao final de cada mês.

CAPÍTULO V

APOIO À INTEGRAÇÃO EM CRECHE

SECÇÃO I

REGIME DE APOIO E CONDIÇÕES DE ACESSO À INTEGRAÇÃO EM CRECHE

Artigo 54.º

Âmbito

A medida de apoio à integração em Creche, destina-se a apoiar agregados familiares com crianças a cargo que cumpram o disposto no artigo seguinte e que pretendam a frequência de crianças em Creche.

Artigo 55.º

Beneficiários

Podem beneficiar da medida todos os agregados familiares que, cumulativamente, preencham os seguintes requisitos:

- a) Residir no concelho de Monção;
- b) Tenham a seu cargo crianças com idades compreendidas entre os 3 e 36 meses;
- c) Possuir um rendimento per capita do agregado familiar no máximo até ao terceiro escalão da tabela do artigo 5.º do presente regulamento.

Artigo 56.º

Valor do apoio

O valor da comparticipação à integração em Creche a atribuir para cada escalão referido no artigo anterior, será definido nos termos do artigo 4.º do presente Regulamento.



Município de Monção

SECÇÃO II

DO PROCEDIMENTO DE ATRIBUIÇÃO DO APOIO À INTEGRAÇÃO EM CRECHE

Artigo 57.º

Regime

Sem prejuízo do disposto no presente Capítulo, o procedimento de atribuição à integração em Creche segue o regime geral do Capítulo I do presente regulamento.

Artigo 58.º

Pedido

Têm legitimidade para requerer a atribuição do apoio à integração em Creche:

- a)** Os pais ou pessoas equiparadas por situação de facto ou os representantes legais, desde que a criança esteja inserida no seu agregado familiar;
- b)** A pessoa idónea que viva em comunhão de mesa e habitação com a criança, a pessoa a quem a mesma esteja confiada administrativa ou judicialmente ou a entidade que a tenha à sua guarda e cuidados que lhe preste ou se disponha a prestar-lhe assistência, desde que a situação seja devidamente comprovada.

Artigo 59.º

Documentos instrutórios

1. Além de todos os documentos mencionados no artigo 13.º do presente Regulamento, o requerimento de atribuição do apoio à integração em Creche, deve, ainda, ser acompanhado de declaração emitida pela entidade parceira comprovativa da matrícula em creche e respetivo valor da mensalidade;
2. Para além dos documentos referidos no número anterior, quando necessário pode ser ainda exigido aos candidatos a entrega de outros documentos.

Artigo 60.º

Pagamento da comparticipação

1. Sem prejuízo do disposto no artigo 20.º, o pagamento da comparticipação será efetuado diretamente pelo Município de Monção à Entidade Parceira, em conformidade com o protocolo de comparticipação municipal em matéria de apoio à integração em creche, a celebrar com as entidades aderentes.
2. A entidade parceira deverá até ao 8.º dia de cada mês seguinte ao da aquisição, enviar um documento comprovativo de todos os montantes a pagar, que será conferido pelo serviço de ação social, para que o Município emita a respetiva ordem de pagamento, e o mesmo se efetive até ao final de cada mês.

CAPÍTULO VI

APOIO AO TRANSPORTE DE DOENTES NÃO URGENTES

SECÇÃO I

REGIME DE APOIO E CONDIÇÕES DE ACESSO

AO APOIO AO TRANSPORTE DE DOENTES NÃO URGENTES



Município de Monção

Artigo 61.º

Âmbito

1. A medida de apoio ao Transporte de Doentes Não Urgentes destina-se a compartilhar a deslocação dos beneficiários, que cumpram os requisitos do artigo seguinte, para os estabelecimentos e serviços do Serviço Nacional de Saúde (SNS) ou entidades com contrato ou convenção para a prestação de cuidados de saúde, nas seguintes situações:

a) Transporte para consultas, internamentos, tratamentos e ou exames complementares de diagnóstico e terapêutica prescritos por médico.

2. São excluídos do âmbito de aplicação deste Capítulo os seguintes apoios para:

a) Transporte urgente de doentes;

b) Transporte para consultas e outros cuidados primários de saúde realizados no Centro de Saúde e Extensão de Saúde do Concelho de Monção;

3. Não poderão usufruir do apoio deste Capítulo, os utentes que possam obter o apoio ao Transporte de Doentes não Urgentes em conformidade com a Portaria 142-B/2012, de 15 de Maio, na sua versão em vigor.

Artigo 62.º

Beneficiários

Podem beneficiar da medida de Apoio ao Transporte de Doentes Não Urgentes, todas as pessoas que, cumulativamente, preencham os seguintes requisitos:

a) Residir no concelho de Monção;

b) Ser titulares de documento emitido no âmbito dos estabelecimentos ou serviços do SNS ou por entidades com contrato ou convenção, para cuidados de saúde, cujo acesso implique a deslocação para fora do concelho.

c) Possuir um rendimento *per capita* do agregado familiar no máximo até ao terceiro escalão da tabela do artigo 5.º do presente regulamento.

Artigo 63.º

Valor do apoio

O valor da comparticipação do apoio ao transporte de doentes não urgentes a atribuir para cada escalão referido no artigo anterior, será definido nos termos do artigo 4.º do presente Regulamento.

SECÇÃO II

DO PROCEDIMENTO DE ATRIBUIÇÃO

DO APOIO AO TRANSPORTE DE DOENTES NÃO URGENTES

Artigo 64.º

Regime

Sem prejuízo do disposto no presente Capítulo, o procedimento de atribuição do apoio ao transporte de doentes não urgentes segue o regime geral do Capítulo I do presente regulamento.



Município de Monção

Artigo 65.º

Documentos instrutórios

1. Além de todos os documentos mencionados no artigo 13.º do presente Regulamento, o requerimento de apoio ao transporte de doentes não urgentes, deve, ainda, ser acompanhado de documento comprovativo da necessidade de transporte, nomeadamente, documento emitido no âmbito dos estabelecimentos e serviços do SNS ou por entidades com contrato ou convenção para prestação de cuidados de saúde;
2. Para além dos documentos referidos no número anterior, quando necessário pode ser ainda exigido aos candidatos a entrega de outros documentos

Artigo 66.º

Forma de funcionamento do transporte

1. O serviço de transporte de doentes não urgentes será executado mediante a celebração de protocolo(s) com entidades licenciadas para o efeito, com utilização de veículos adequados ao fim, ao número e às condições físicas das pessoas a transportar.
2. O(s) protocolo(s) apenas contempla(m) o transporte dos utentes encaminhados pelo Serviço de Ação Social do Município de Monção.
3. No âmbito do presente Regulamento, a entidade parceira apenas poderá efetuar transporte de doentes não urgentes mediante comunicação prévia dos Serviços de Acção Social, a indicar o beneficiário, a data e hora do transporte e o local da recolha e de destino.
4. Os utentes podem ter direito a acompanhante mediante justificação médica, nomeadamente, se tiver idade inferior a 18 anos, debilidade mental, problemas cognitivos, surdez, défice de visão significativo, incapacidade funcional marcada ou uma necessidade de acompanhamento permanente de terceira pessoa.
5. Verificando-se utilizações simultâneas em número superior ao da lotação dos equipamentos utilizados, e não se justificando o recurso a equipamento suplementar, a admissão dos utentes far-se-á pela ordem dos escalões de referência da tabela do artigo 5.º.
6. Qualquer transporte de doentes não urgentes que seja efetuado em desconformidade com o previsto no n.º 3 do presente artigo não poderá ser participado no âmbito do Programa Monção Social.

Artigo 67.º

Pagamento da participação

1. Sem prejuízo do disposto no artigo 20.º do presente Regulamento, o pagamento da participação será efetuado diretamente pelo Município de Monção à entidade parceira, em conformidade com o protocolo de participação municipal em matéria



Município de Monção

de apoio ao transporte de doentes não urgentes, a celebrar com as entidades aderentes e é deduzido à mensalidade aplicada ao beneficiário.

2. A entidade parceira deverá até ao 8.º dia de cada mês seguinte ao da prestação do serviço, enviar um documento comprovativo de todos os montantes a pagar, que será conferido pelos Serviço de Ação Social, para que o Município emita a respetiva ordem de pagamento, e o mesmo se efetive até ao final de cada mês.

CAPÍTULO VII

APOIO À RECUPERAÇÃO DE HABITAÇÕES DEGRADADAS

SECÇÃO I

REGIME DE APOIO E CONDIÇÕES DE ACESSO AO APOIO À RECUPERAÇÃO DE HABITAÇÕES DEGRADADAS

Artigo 68.º

Âmbito de aplicação

1. A medida de apoio à recuperação de habitações degradadas, aplica-se a todos os agregados familiares residentes em habitação própria no concelho de Monção, sem adequadas condições de habitabilidade, que possam ser beneficiários nos termos do artigo seguinte.
2. Os apoios à recuperação de habitações degradadas podem ter a forma de comparticipação financeira ou apoio material, contemplando as seguintes situações:
 - a) Obras de conservação, reparação ou beneficiação de habitações degradadas, incluindo ligação às redes de abastecimento de água, gás, eletricidade e esgotos;
 - b) Ampliação de habitações ou conclusão de obras;
 - c) Melhoria das condições de segurança e conforto de pessoas em situação de dificuldade ou risco relacionado com a mobilidade e/ou segurança no domicílio, decorrente do processo de envelhecimento ou doenças crónicas debilitantes.
3. Os beneficiários de algum dos apoios constantes no presente capítulo, não podem candidatar-se mais do que uma vez para o mesmo tipo de intervenção, no prazo máximo de cinco anos, salvo situações de extrema necessidade e devidamente justificados.

Artigo 69.º

Beneficiários

1. Podem beneficiar da medida de apoio à recuperação de habitações degradadas todas as pessoas que, cumulativamente, preenchem os seguintes requisitos:
 - a) Residir no concelho de Monção;
 - b) Comprovar a titularidade da habitação inscrita para o apoio;
 - c) Destinar-se a habitação inscrita para o apoio à residência permanente do candidato e agregado familiar;
 - d) Não possuir qualquer outro bem imóvel destinado à habitação, que reúna as necessárias condições de habitabilidade;



Município de Monção

e) Possuir autorização do ou dos comproprietários do prédio objeto do pedido, no caso de candidatura apresentada por um dos comproprietários;

f) Possuir um rendimento *per capita* do agregado familiar no máximo até ao terceiro escalão da tabela do artigo 5.º do presente regulamento.

Artigo 70.º

Tipo e natureza dos apoios

1. Os apoios objeto do presente Capítulo podem ter carácter financeiro ou não financeiro e tem carácter temporário, montante variável e podem, entre outras, enquadrar-se nas seguintes medidas de apoio:

a) Fornecimento de projetos tipo ou elaboração de projetos de arquitetura, quando necessários;

b) Acompanhamento técnico na execução das obras;

c) Apoio técnico para regularização da propriedade;

d) Fornecimento de materiais e/ou de mão-de-obra para a realização das obras que sejam consideradas essenciais para a satisfação das necessidades básicas de habitabilidade e que contemplam as seguintes situações:

i) Obras de conservação e beneficiação;

ii) Obras de melhoramento de condições de segurança e conforto de habitações de indivíduos com necessidades especiais;

iii) Obras de reconstrução e ampliação;

e) Outras obras, sempre que relacionadas com as condições de habitabilidade, em situações excecionais, devidamente caracterizadas e justificadas.

2. Não são contempladas obras em construções anexas, garagens, cobertos, muros ou obras que não sejam consideradas essenciais ou que manifestamente não contribuam para a resolução dos problemas existentes, bem como obras já executadas no momento da apresentação da candidatura.

3. Poderão ser contempladas, quando justificadas, obras de urbanização, nomeadamente, redes de saneamento e de abastecimento de água, de eletricidade e de gás.

4. O apoio previsto pode ser substituído, a todo o tempo e sempre que o Município assim o entenda e para tal detenha as necessárias disponibilidades, pelos seguintes bens e serviços:

a) Fornecimento de maquinaria e equipamento;

b) Disponibilização de funcionários do Município para a realização de obras.

5. Podem ainda ser concedidas as isenções previstas nos regulamentos municipais de urbanização e edificação.

Artigo 71.º

Valor do apoio

1. Quando o apoio de recuperação à habitação degradada for em comparticipação económica, o referido valor a atribuir para cada escalão referido na tabela do artigo 5.º, será definido nos termos do artigo 4.º do presente Regulamento.



Município de Monção

2. No caso de emergência social devidamente justificada, e havendo dotação no Programa Monção Social, pode ser excedido o valor que vier a ser decidido nos termos do ponto anterior, mediante despacho do Presidente da Câmara Municipal.

SECÇÃO II

PROCEDIMENTO DE ATRIBUIÇÃO E DE EXECUÇÃO DO APOIO À RECUPERAÇÃO DE HABITAÇÕES DEGRADADAS

Artigo 72.º

Regime

Sem prejuízo do disposto no presente Capítulo, o procedimento de atribuição do apoio à recuperação de habitações degradadas segue o regime geral do Capítulo I do presente regulamento.

Artigo 73.º

Documentos instrutórios

1. Além de todos os documentos mencionados no artigo 13.º do presente Regulamento, o requerimento de atribuição do apoio à recuperação de habitação degradada, deve ainda, ser acompanhado dos seguintes documentos:

- a) Declaração dos bens patrimoniais do agregado familiar ou de todos os membros que dele declarem fazer parte, emitida pelo Serviço de Finanças respetivo;
- b) Documento comprovativo da propriedade da habitação a intervencionar.
- c) Descrição o mais pormenorizada da obra necessária;
- d) Documento comprovativo da incapacidade para o trabalho e comprovativos médicos das situações de doenças crónicas ou prolongadas e/ou de deficiência, quando se verificarem.

2. Para além dos documentos referidos no número anterior, quando necessário pode ser ainda exigido aos candidatos a entrega de outros documentos.

Artigo 74.º

Análise do pedido

1. Sem prejuízo do disposto o artigo 15.º do presente Regulamento, a análise dos pedidos de atribuição de comparticipação financeira ou apoios materiais destinados à melhoria das condições habitacionais básicas dos agregados que cumpram os requisitos do artigo 69.º, é realizada pela equipa de trabalho multidisciplinar constituída nos termos do disposto do n.º 2 do artigo 15.º do presente Regulamento.

2. São competências da equipa de trabalho referida no número anterior, a análise das candidaturas, a monitorização, o acompanhamento e a avaliação dos apoios, com as seguintes funções específicas:

- a) Elaboração de informação social sobre a situação socioeconómica e habitacional do agregado;



Município de Monção

b) Definição do tipo de intervenção, a elaboração de projetos, mapa de quantidades, estimativas orçamentais e informações referentes às obras a realizar na habitação;

c) Quando se tratar de uma intervenção feita pelo Município (mão de obra e materiais), execução e acompanhamento das obras, incluindo o controlo de custos.

Artigo 75.º

Instrução e decisão do processo

1. Sem prejuízo do disposto no artigo 17.º do presente Regulamento, concluída a análise do processo, a equipa de trabalho, elaborará o competente relatório final sobre a situação social e habitacional do agregado familiar em causa, onde sem prejuízo do disposto no artigo anterior, constará a memória descritiva das obras a executar, com indicação da pertinência, da viabilidade e da estimativa dos custos ou do valor da comparticipação a atribuir.

2. A equipa de trabalho pode considerar necessário atribuir um tipo de apoio ou obras diferentes daqueles que o requerente apresentou na sua candidatura, desde que satisfaça as necessidades básica de habitabilidade.

Artigo 76.º

Execução das obras

1. Deliberada a concessão do apoio, será outorgado um contrato com o beneficiário, onde constarão todos os termos de execução da atribuição da comparticipação financeira ou da execução da obra.

2. As obras devem ser iniciadas no prazo máximo de dois meses, a contar da data da notificação da atribuição da comparticipação financeira e serão disponibilizados em função dos trabalhos executados e dentro do prazo de execução, salvo em casos excecionais devidamente justificados e aceites pela Câmara Municipal de Monção.

Artigo 77.º

Fiscalização da Obra

A fiscalização da execução das obras realizadas ao abrigo do presente Regulamento, compete aos serviços municipais.

Artigo 78.º

Deveres dos beneficiários

1. Os beneficiários dos apoios ficam obrigados a prestar ao Município as informações que lhe forem solicitadas, bem como a comunicar, num prazo não superior a 30 dias, qualquer alteração que se tenha verificado nos elementos apresentados e que sejam suscetíveis de alterar as condições de atribuição dos apoios.

2. Os beneficiários ficam, também, obrigados a cumprir prazos, trabalhos ou diligências que se venham a revelar necessários.

3. Para além do disposto nos números anteriores, os beneficiários ficam, ainda, obrigados à não alienação ou arrendamento do imóvel por um período mínimo de 5



Município de Monção

anos, sem prejuízo de justificadamente a Câmara Municipal poder autorizar a alienação ou arrendamento do imóvel antes do término do prazo.

4. Sem prejuízo do disposto no número anterior, se no prazo de 5 anos o proprietário vender, alienar de alguma forma ou arrendar a casa ao abrigo do presente regulamento, obriga-se ao pagamento de todas as despesas de intervenção determinadas pela fiscalização municipal e ao pagamento dos custos dos projetos calculados com base nos custos de mercado a determinar pela Câmara Municipal, se for o caso, bem como todas as taxas e licenças em vigor na altura da venda do imóvel, ficando ainda impedido de usufruir de qualquer apoio municipal semelhante.

Artigo 79.º

Transmissão do apoio por morte

1. O contrato celebrado no âmbito do presente Capítulo não caduca por morte do titular do agregado familiar, transmitindo-se os seus direitos e obrigações, desde que se mantenham as condições verificadas para o titular entretanto falecido, por meio de celebração de novo contrato:

- a)** Ao cônjuge não separado judicialmente ou de facto;
- b)** Aos descendentes, com mais de 18 anos, que com ele coabitem, desde que não possuam habitação própria;
- c)** Aos ascendentes que com ele coabitem há mais de um ano, desde que não possuam habitação própria;
- d)** À pessoa que com ele viva há mais de dois anos, em condições análogas às dos cônjuges.

2. Para todas as situações descritas no número anterior é necessário realizar prova documental da condição invocada.

CAPÍTULO VIII

DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Artigo 80.º

Delegação de competência

No âmbito do presente Regulamento, todas as competências previstas e cometidas à Câmara Municipal podem ser delegadas no seu Presidente, com possibilidade de subdelegação nos Vereadores.

Artigo 81.º

Legislação Subsidiária

1. Nos domínios não contemplados no presente Regulamento são aplicadas as normas do Código do Procedimento Administrativo e os princípios gerais de Direito Administrativo.

2. O disposto no presente Regulamento é aplicável sem prejuízo das disposições legais que especificamente regulem as matérias e sem prejuízo do que, para aspetos particulares, se disponha em regulamentos especiais do Município.



Município de Monção

3. As referências efetuadas no presente Regulamento a leis específicas são automaticamente atualizadas sempre que tais leis sejam objeto de alteração ou revogação.

Artigo 82.º

Exercício da atividade de Fiscalização

A Câmara Municipal de Monção exerce a sua atividade de fiscalização nos termos legalmente estatuídos, sendo a mesma desenvolvida pela Fiscalização Municipal e pelos Serviços Técnicos encarregues de efetuar todo o acompanhamento e procedimento no âmbito da atribuição dos apoios constantes do presente Regulamento.

Artigo 83.º

Objeto da fiscalização

A fiscalização incide, em termos gerais, na verificação da existência de actos lesivos do interesse público em violação das normas legais e do presente regulamento e, bem assim, de todos os actos que forem passíveis de consubstanciar qualquer infração.

Artigo 84.º

Sanções

Sem prejuízo de outras sanções mais gravosas no presente Regulamento, fica impedido de aceder a qualquer um dos tipos de apoios constantes do presente Regulamento, por um período de dois anos:

a) O candidato que, para efeito, respetivamente, de atribuição ou manutenção dos apoios, utilize meios fraudulentos, proceda à prestação culposa de declarações falsas ou à omissão dolosa de informação relevante;

b) O candidato ou o elemento do agregado familiar que ceda o apoio a terceiros a qualquer título, total ou parcialmente, de forma gratuita ou onerosa;

Artigo 85.º

Responsabilidade civil e criminal

A aplicação das sanções supra referidas não isenta o infractor da eventual responsabilidade civil ou criminal emergente dos factos praticados.

Artigo 86.º

Confidencialidade

Todas as pessoas envolvidas no procedimento, gestão e atribuição dos apoios sociais previstos no presente Regulamento, devem assegurar a confidencialidade dos dados pessoais dos requerentes e beneficiários dos apoios e limitar a sua utilização aos fins a que se destina, de acordo com a política de privacidade da Câmara Municipal de Monção.



Município de Monção

Artigo 87.º

Dúvidas e omissões

1. As dúvidas e casos omissos da aplicação do presente Regulamento são resolvidos, através de despacho do Presidente da Câmara Municipal de Monção.
2. Podem as partes recorrer à utilização de meios de resolução alternativa de conflitos para resolução de quaisquer litígios relativos à interpretação, execução, incumprimento e invalidade de procedimentos na aplicação do presente regulamento, sem prejuízo do recurso ao tribunal sempre que não haja acordo entre as partes.

Artigo 88.º

Direito de recurso

1. Todos os requerentes e/ou candidatos dispõem do direito de recorrer das decisões que indefiram ou declarem improcedentes os seus pedidos, ou parte dele/s, nos termos gerais do direito.
2. Sem prejuízo do disposto no numero anterior, podem os requerentes e/ou candidatos recorrer, por escrito, no prazo máximo de 10 dias contados da comunicação da decisão que lhe/s seja desfavorável, junto do Presidente da Câmara Municipal.

Artigo 89.º

Norma revogatória

Com a entrada em vigor do presente Regulamento são revogados os seguintes regulamentos:

- a) Regulamento Municipal de Aquisição de Bens de Apoio;
- b) Regulamento de Comparticipação Municipal em Medicamentos;

Artigo 90.º

Revisão e Remissões

1. Sem prejuízo do princípio da regulamentação dinâmica, o presente Regulamento é objeto de um procedimento formal de revisão global com periodicidade trianual.
2. As remissões feitas para os preceitos que, entretanto, venham a ser revogados ou alterados, consideram-se automaticamente transpostas para os novos diplomas.

Artigo 91.º

Entrada em vigor

O presente Regulamento entra em vigor 5 dias após a sua publicitação nos termos legais.